

Dossiê Temático “Igualdade e Diferença: Dilemas e Desafios do Uso de Categorias Identitárias para a Promoção dos Direitos Fundamentais de Minorias Políticas”

Cinco Faces da Opressão¹

IRIS MARION YOUNG

Universidade de Chicago. Chicago (IL). Estados Unidos.

Marina Cortez (Trad.)²

A política é, em parte, uma disputa sobre a linguagem que as pessoas usam para descrever a experiência social e política. A maior parte das pessoas nos Estados Unidos não usaria o termo “opressão” para nomear a injustiça nessa sociedade. Por outro lado, para uma minoria de americanos – como socialistas, feministas radicais, ativistas indígenas, ativistas negros, ativistas gays e lésbicas e outros que se identificam com os novos movimentos sociais de esquerda dos anos 1960 e 70 –, a opressão é uma categoria central do discurso político. Usar a linguagem política em que opressão é uma palavra central envolve adotar todo um modo de analisar e avaliar estruturas e práticas sociais deveras incompatível à linguagem do individualismo liberal que domina o discurso político nos EUA.

Consequentemente, dentre nós, aqueles que nos identificamos ao menos com um dos movimentos mencionados acima compartilhamos um grande projeto político: juntos, devemos persuadir as pessoas de que o discurso da opressão confere sentido a grande parte de nossa experiência social. No entanto, estaremos mal preparados para essa tarefa se não tivermos

1 Artigo originalmente publicado em inglês sob o título “*Five Faces of Oppression*” (*The Philosophical Forum*, Volume XIX, No 4, Summer, 1988, p. 270-290).

2 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7255-4833>

Bernard Boxill, *Blacks and Social Justice* (Totowa, NJ: Rowman and Allenheld, 1984).

clareza sobre o significado do conceito de opressão. Embora seja comum encontrarmos o termo na diversa literatura filosófica e teórica produzida por movimentos sociais radicais nos Estados Unidos, encontramos pouca discussão direta sobre o significado do conceito de opressão, tal como usado por esses movimentos.

Neste artigo, apresento algumas explicações sobre o conceito, a partir de minha compreensão de seus usos pelos novos movimentos sociais nos Estados Unidos desde os anos 1960. Ofereço uma discussão desse conceito, um desdobramento de seu significado. Não acredito que o conceito de opressão possa ser estritamente definido, ou seja, circunscrito a um marco específico. Não há nenhum atributo ou conjunto de atributos que todas as pessoas oprimidas tenham em comum.

Na exposição a seguir sobre a opressão, reflito sobre a situação e a experiência daqueles grupos considerados pelos novos movimentos sociais de esquerda como oprimidos na sociedade dos Estados Unidos: pelo menos mulheres, negros/as, *chicanos/as*, porto-riquenhos/as e muitos/as outros/as americanos/as hispanófonos/as, americanos/as nativos/as, judeus/judias, lésbicas, gays, árabes, asiáticos/as, idosos/as, pessoas da classe trabalhadora, pessoas pobres e pessoas com deficiência física ou mental.

Obviamente, esses grupos não são oprimidos no mesmo grau ou da mesma maneira. Em sentido lato, todas as pessoas oprimidas compartilham alguma inibição de sua capacidade de desenvolver e exercitar suas aptidões e expressar suas necessidades, seus pensamentos e seus sentimentos. No entanto, estou convencida pela reflexão sobre os usos concretos do termo “opressão” no discurso político radical de que o termo se refere a várias estruturas ou situações distintas. Eu os classifico em cinco categorias díspares: exploração, marginalidade, impotência, imperialismo cultural e violência. Antes de desdobrar essas categorias, entretanto, preciso discutir algumas questões de ontologia social relevantes para situar o conceito de opressão.

A) REVISÃO DO CONCEITO DE OPRESSÃO PELA NOVA ESQUERDA

Uma das razões pelas quais muitas pessoas não usariam o termo “opressão” para descrever nossa sociedade é que elas não entendem o termo da mesma forma que os radicais. Em seu uso tradicional, que a maioria das pessoas retêm, “opressão” significa o exercício da tirania por um pequeno grupo. Assim, muitos americanos concordariam com os radicais quanto a aplicar o termo à situação dos sul-africanos negros sob o jugo do

apartheid. Tradicionalmente, “opressão” também carrega uma forte conotação de conquista e dominação colonial. Os hebreus foram oprimidos no Egito, e muitos dos usos do termo no Ocidente invocam esse paradigma.

O discurso político dominante pode usar o termo para descrever sociedades diferentes da nossa, geralmente comunistas ou supostamente comunistas. Dentro dessa retórica anticomunista, estão presentes as implicações tirânicas e colonialistas do termo. Para o anticomunista, o comunismo denota precisamente o exercício brutal da tirania por parte de alguns poucos sobre todo um povo e a vontade de conquistar o mundo, subjugando à tirania povos até então independentes. No discurso político hegemônico, não é legítimo usar o termo para descrever nossa sociedade, porque “opressão” é o mal perpetrado pelos outros.

Os novos movimentos sociais de esquerda das décadas de 1960 e 1970, entretanto, transformaram o significado do conceito. Em seu novo uso, “opressão” designa a desvantagem e a injustiça que algumas pessoas sofrem, não porque um poder tirânico pretenda mantê-las sob controle, mas em decorrência das práticas cotidianas de uma sociedade liberal bem-intencionada. Nesse novo uso promovido pela esquerda, a tirania de um grupo dominante sobre outro, como na África do Sul, deve certamente ser chamada de opressora. Contudo, “opressão” também se refere a fenômenos sistêmicos e estruturais que não decorrem necessariamente das intenções de um tirano. Em sentido estrutural, a opressão compõe o tecido social; ela não provém das escolhas individuais ou das políticas de algumas pessoas. A opressão estrutural não será eliminada se nos livrarmos dos governantes ou promulgarmos um punhado de novas leis, uma vez que as opressões são sistematicamente reproduzidas nas principais instituições econômicas, políticas e culturais. Assim, uma razão pela qual “opressão” não é comumente usada para descrever a injustiça em nossa sociedade é que não há lugar para a estrutura e os grupos sociais na ontologia social do discurso político dominante.

Espelhando o discurso político majoritário, as discussões filosóficas sobre justiça e injustiça raramente usam o termo “opressão”, preferindo o termo “discriminação” para se referir a algumas das injustiças que os radicais chamam de “opressão”. Até mesmo os filósofos radicais tendem a evitar o termo “opressão”. Embora sua análise seja claramente influenciada pelo marxismo negro e pelos movimentos Black Power, Bernard Boxill, por exemplo, adota continuamente o termo “discriminação” para designar a injustiça que os negros sofreram e continuam a sofrer na sociedade dos Esta-

dos Unidos³. Esse é um sintoma do domínio exercido pelo discurso político majoritário sobre nosso pensamento, talvez especialmente sobre os filósofos que, por sua vez, ajudam a legitimar esse mesmo discurso ao usá-lo e conferir-lhe precisão técnica. Compreendo por “discriminação” ações e políticas conscientes pelas quais os membros de um grupo são excluídos das instituições ou confinados a posições inferiores. A discriminação é frequentemente um instrumento da opressão e as práticas discriminatórias certamente são parte de algumas opressões, mas o conceito de opressão não é coincidente ou redutível à discriminação.

Discriminação é um conceito individualista em termos metodológicos⁴. Nos últimos anos, a maioria dos tribunais decidiu que a discriminação está caracterizada apenas se vítimas específicas de discriminação puderem ser individualmente identificadas, se um determinado agente puder ser identificado como responsável pela discriminação e se houver a possibilidade de demonstrar que o agente sabia que suas ações ou políticas eram discriminatórias. De fato, o conceito de discriminação pode fazer referência a grupos, à medida que uma política discriminatória exclua uma classe inteira de pessoas de alguma posição ou atividade. Mesmo quando se trata de grupos, no entanto, a discriminação costuma ser um conceito individualista, na medida em que pressupõe a existência de um agente discriminador identificável e pressupõe também que a soma da discriminação é a soma dos atos discriminatórios.

A diferença entre o conceito de discriminação e o conceito de opressão emerge mais claramente com a noção de que a opressão frequentemente existe na ausência de discriminação aberta. Embora fossem comuns nos Estados Unidos ações e políticas que discriminavam explicitamente membros de grupos específicos há não muito tempo – e que não desapareceram desde então –, a legislação e os litígios nos últimos 20 anos reduziram muito políticas abertas de discriminação contra a maioria dos grupos, com a injuriosa exceção de lésbicas e gays. Socialistas, feministas e ativistas antirracismo, entretanto, insistem que a referida mitigação de políticas abertas e conscientes de exclusão e segregação fez pouco para reduzir a opressão que muitos grupos sofreram e continuam a sofrer. Esse conceito nomeia as vastas e profundas injustiças que alguns grupos sofrem como consequência

3 Bernard Boxill, *Blacks and Social Justice* (Totowa, NJ: Rowman and Allenheld, 1984).

4 Marlene Fried, “The Invisibility of Oppression”, *The Philosophical Forum*, v. XI, n. 1, p. 18-29, 1979.

de suposições e reações frequentemente inconscientes de pessoas bem-intencionadas em interações comuns, de estereótipos culturais e midiáticos e de características estruturais da hierarquia burocrática e de mecanismos de mercado; em suma, processos normais e continuados do dia a dia. Como coloca Marilyn Frye, a opressão se refere a “uma estrutura sólida de forças e barreiras que tendem a imobilizar e reduzir um grupo ou categoria de pessoa”⁵.

B) O CONCEITO DE GRUPO SOCIAL

A opressão se refere a fenômenos estruturais que imobilizam ou diminuem um grupo. Mas o que é um grupo? Pertencer a um grupo é compartilhar com outros um modo de vida que define a identidade de uma pessoa e pela qual outras pessoas a identificam. A filosofia política normalmente não tem lugar para um conceito específico de grupo social. Quando filósofos e teóricos políticos discutem grupos, eles tendem a concebê-los pelo modelo de agregações (*aggregates*) ou associações (*associations*), ambos conceitos metodologicamente individualistas. Somando-me a Marilyn Friedman e Larry May, considero importante distinguir o conceito de grupo dos conceitos de agregação e associação⁶.

Por vezes, inclinações liberais nos induzem a afirmar que o agrupamento por raça, sexo, religião, etnia, região etc. não seria mais significativo do que o agrupamento pela cor de cabelo, altura ou marca do carro que dirigimos. Tal invocação exige que os grupos sejam considerados meras agregações, uma classificação de pessoas em função de algum atributo compartilhado. A lógica da agregação pressupõe uma concepção substancial da pessoa a quem os atributos estão vinculados, o que faz com que a pessoa seja logicamente anterior ao coletivo. Considerar os grupos sociais como agregações implica na presunção de que a filiação ao grupo não seria um elemento definidor daquela pessoa, mas tão somente um conjunto de atributos, e que o coletivo nada mais seria do que a soma dos indivíduos com esses atributos.

5 Marilyn Frye, “Oppression” in *The Politics of Reality* (Trumansburg, NY: The Crossing Press, 1983. p. 1-16).

6 Marilyn Friedman e Larry May, “Harming Women as a Group”, *Social Theory and Practice*, v. 11, n. 2, p. 207-234, 1985.

Os teóricos políticos tendem a elidir os grupos sociais ao equipará-los mais frequentemente com associações do que com agregações⁷. Entendo, por associação, uma instituição formalmente organizada, como um clube, uma corporação, um partido político, uma igreja, uma faculdade, um sindicato etc. Um modelo individualista de contrato social é aplicável a associações, mas não a grupos. Indivíduos constituem associações: enquanto pessoas já constituídas, eles se reúnem e as formam, estabelecendo regras, posições e cargos. Os grupos, por outro lado, constituem os indivíduos. O senso de história particular de um sujeito, seu senso de identidade, de afinidade e separação, até mesmo seu modo de raciocinar, avaliar e expressar sentimentos são constituídos, pelo menos em parte, por suas afinidades de grupo. Isso não significa que as pessoas não tenham estilos individuais ou que sejam incapazes de transcender ou rejeitar uma identidade relacionada a um grupo, e tampouco impede que muitas de suas características sejam independentes dessas identidades de grupo. Visto que a forma de diferenciação de grupo nas sociedades modernas implica o pertencimento de uma única pessoa a vários grupos, depreende-se que os sujeitos individuais não são unificados, mas múltiplos, heterogêneos e, vez ou outra, incoerentes.

Ainda que a afiliação a uma associação possivelmente afete a vida de alguém em sentido mais fundamental, essa afiliação não acaba por definir o sujeito em termos de identidade, ou não da mesma forma que integrar a etnia Navajo o faria, por exemplo. A afinidade de grupo, por outro lado, tem o caráter do que Heidegger chama de “estar-lançado”: a pessoa *encontra-se* como membro de um grupo, cuja existência e relações ela vivencia como algo dado desde sempre. Isso porque a identidade de uma pessoa é definida em relação à forma como os outros a identificam, e o fazem em termos de grupos que contam com atributos, estereótipos e normas específicos sempre previamente associados a eles, em referência aos quais a identidade de uma pessoa será formada. Partir do reconhecimento da condição de estar-lançado na afinidade do grupo não significa, entretanto, que não se possa abandonar certos grupos e entrar em outros. Muitas mulheres se tornam lésbicas após se identificarem como heterossexuais, e qualquer pessoa que viver o suficiente ficará velha. Esses casos ilustram o estar-lançado precisamente porque tais mudanças na afinidade do grupo são experimentadas como uma transformação da própria identidade.

7 Peter French, “Types of Collectivities and Blame”, *The Personalist*, v. 56, p. 160-169, 1975.

Apesar do mito moderno de um declínio dos vínculos paroquiais e das identidades adscritas, a diferenciação de grupo é endêmica à sociedade moderna. À medida que os mercados e a administração aumentam a teia de interdependência social em escala mundial e mais e mais pessoas se encontram como estranhos em cidades e Estados, elas retêm, renovam e criam identificações de grupos étnicos, locais, etários, de sexo e ocupacionais⁸. Ademais, nenhum grupo social é homogêneo, mas reflete, em suas próprias diferenciações, muitos dos grupos da sociedade mais ampla. Os padrões de diferenciação de grupo são fluidos e frequentemente passam por rápidas mudanças. Antes do século XIX, por exemplo, a homossexualidade não servia como base para a atribuição e identificação de grupo⁹.

Alguns autores, como Milton Fisk, entendem a classe como um exemplo primário de grupo social¹⁰. Outros podem estar inclinados a distinguir o conceito de grupo do conceito de classe, alegando que classe é um conceito estrutural que não inclui subjetividade ou identidade, e um grupo, tal como eu defini, inclui referência à identidade e interação¹¹. De certa forma, concordo com as duas abordagens. Conforme usado na teoria econômica marxista técnica, o conceito de classe é mais abstrato e estrutural do que o conceito de grupo social. Refere-se especificamente a uma relação com os principais meios de produção, se alguém os possui e/ou tem grande poder de decisão sobre o movimento do capital, como ele é investido, e assim por diante. A classe denota uma relação com o lucro capitalista: quem o obtém, quem decide quem o obtém e como será obtido, quem contribui para a sua obtenção sem obtê-lo ou não participa de nenhuma dessas ações. Em si mesmas, essas posições estruturais são estreitas demais para definir grupos sociais.

Em um sentido mais coloquial e empírico, no entanto, o termo “classe” também se refere a uma base para interação e conflito, uma identidade por meio da qual as pessoas se reconhecem. Nesse sentido, a classe nomeia tanto grupos sociais quanto posições estruturais. A classe dominante nos Estados Unidos, e na maioria das outras sociedades, é um grupo social cujos membros tendem a se vincular a uma cultura e visão de mundo

8 Cf. Jeffrey Ross, Introdução in *The Mobilization of Collective Identity*, editado por Ross e Cottrell (University Press of America, 1980); Joseph Rothschild, *Ethnopolitics* (New York: Columbia University Press, 1981).

9 Dennis Altman, *The Homosexualization of America* (Boston: Beacon Press, 1982).

10 Milton Fisk, *Ethics and Society* (New York: New York University Press, 1980), Part I.

11 E.g., Nicos Poulantzas, *Classes in Contemporary Capitalism* (London: Verso Books, 1975).

compartilhadas, a ter interesses comuns e a se mover dentro de instituições específicas. Não existe, no entanto, nenhum grupo social único da “classe trabalhadora” que possa ser correlacionado ao grupo formado pela classe dominante¹². Os profissionais e gerentes da “classe média” – quaisquer que sejam as dificuldades de localizá-la na análise técnica marxista – devem ser entendidos como um grupo social distinto da “classe trabalhadora”, com seus trabalhadores manufatureiros, trabalhadores de escritório e de serviços e suas famílias. Pessoas pobres, ou o que alguns teóricos chamam de “sub-proletariado”, também podem constituir um grupo social.

Na medida em que a localização econômica e a ocupação determinam significativamente a autocompreensão de uma pessoa, sua percepção das relações sociais e dos outros, e na medida em que tal localização econômica em nossa sociedade tende a ser reproduzida através das gerações, as classes certamente são grupos sociais no sentido que discuti. A forma mais exata como a classe será definida dependerá dos usos da definição, por exemplo, para entender os imperativos estruturais da acumulação ou para compreender a motivação de determinadas pessoas para apoiar certas políticas.

A diferenciação de grupo não implica necessariamente opressão; entretanto, pode haver grupos que não sejam oprimidos. Nos Estados Unidos, os católicos constituem um grupo no sentido ora discutido, mas não são mais um grupo oprimido. No Norte da Irlanda, por outro lado, católicos são um grupo oprimido. A condição de opressão de um grupo dependerá se ele está sujeito a uma ou mais das cinco condições que discutirei a seguir. Apesar do mito moderno de um declínio dos vínculos paroquiais e das identidades adscritas, opino que a diferenciação de grupo é um aspecto inevitável e desejável dos processos sociais modernos. Assim, a justiça social requer não a dissolução das diferenças, mas instituições que promovam a reprodução e o respeito pelas diferenças de grupo, mas sem que isso gere opressão.

Sugeri que a opressão é a inibição de um grupo por meio de uma vasta rede de práticas cotidianas, atitudes, suposições, comportamentos e normas institucionais. A opressão é estrutural ou sistêmica. O caráter sistêmico da opressão implica que não há uma necessária correlação entre um grupo oprimido e outro grupo, opressor. Embora a opressão estrutural em nossa

12 Cf. Manuel Castells, *The Economic Crisis and American Society* (Princeton University Press, 1980. p. 138-161).

sociedade envolva relações entre grupos, essas relações não se enquadram geralmente no paradigma de uma manutenção consciente e intencional da condição de submissão de um grupo por outro. Foucault sugere que, para compreender o significado e a operação do poder na sociedade moderna, devemos olhar para além do modelo do poder sob a forma da “soberania”, uma relação diádica de soberano e súdito. Em vez disso, devemos analisar o exercício do poder como o efeito de práticas humanizadas e liberais de educação, administração burocrática, produção e distribuição de bens de consumo, prática médica, e assim por diante. A ação consciente de muitos indivíduos cotidianamente contribui para a manutenção e reprodução da opressão, mas essas pessoas geralmente estão simplesmente fazendo seu trabalho ou vivendo suas vidas, não se entendendo como agentes de opressão. Definir a opressão como estrutural é uma inovação do uso do termo pela nova esquerda para descrever nossa sociedade. Muitas pessoas entendem que opressão se refere apenas a uma tirania consciente de um indivíduo ou grupo sobre outro e, por essa razão, não usarão o termo para descrever as injustiças no seio de nossa própria sociedade.

Ao negar que a opressão estrutural é perpetrada por um agente de opressão identificável, não pretendo sugerir que, dentro desse sistema de opressão, os indivíduos não ajam intencionalmente para prejudicar outros em grupos oprimidos. A mulher estuprada, o jovem negro espancado, o trabalhador vítima de locaute e o homem gay assediado na rua são vítimas de comportamento intencional de agentes identificáveis. Tampouco pretendo sugerir que grupos específicos não sejam beneficiários da opressão de outros grupos e, portanto, tenham interesse em sua opressão contínua. Pelo contrário, para cada grupo oprimido existe um grupo que é *privilegiado* em relação ao primeiro.

O conceito de opressão tem sido usado entre radicais desde os anos 1960, em parte como reação a algumas tentativas marxistas de reduzir as injustiças do racismo e do sexismo, por exemplo, aos efeitos da dominação de classe ou da ideologia burguesa. Racismo, sexismo, preconceito de idade e homofobia, afirmam alguns movimentos sociais, são formas distintas de opressão com uma dinâmica própria, separada da dinâmica de classe, embora possam interagir com a opressão de classe. A partir de debates frequentemente acalorados entre socialistas, feministas e ativistas antirracismo nos últimos dez anos, está emergindo um consenso de que muitos grupos distintos devem ser considerados oprimidos em nossa sociedade, e que ne-

nhum grupo ou forma de opressão pode alegar primazia causal ou moral¹³. A mesma discussão ensejou a compreensão de que as diferenças de grupo atravessam as vidas individuais em uma multiplicidade de maneiras que podem acarretar privilégio e opressão para a mesma pessoa em diferentes aspectos. Somente uma explanação plural do conceito de opressão pode capturar essas percepções (cf. Maynard e Brittan, p. 2-8).

Assim, nas seções seguintes, ofereço uma explicação das cinco faces da opressão como um conjunto útil de categorias e distinções que acredito ser abrangente, no sentido de que abrange todos os grupos considerados oprimidos pelos novos movimentos sociais de esquerda e abrange todas as formas como são oprimidos. As cinco faces da opressão são derivadas da reflexão sobre a condição desses grupos. Como diferentes fatores, ou combinações de fatores, somam-se na constituição da opressão de diferentes grupos, tornando sua opressão irreduzível, acredito que não seja possível ter uma definição essencial de opressão. Com as cinco categorias a seguir, entretanto, a opressão de qualquer grupo pode ser descrita, bem como suas semelhanças e diferenças com a opressão de outros grupos.

1 EXPLORAÇÃO

A função central da teoria da exploração de Marx é explicar como a estrutura de classes pode existir na ausência de distinções de classe legal e normativamente sancionadas. Nas sociedades pré-capitalistas, a dominação é aberta e realizada por meios políticos diretos. Tanto na sociedade escravagista quanto na feudal o direito de se apropriar do produto do trabalho de outros define parcialmente o privilégio de classe, e essas sociedades legitimam as distinções de classe com ideologias de superioridade e inferioridade naturais.

A sociedade capitalista, por outro lado, remove as tradicionais distinções de classe impostas juridicamente e promove a crença na liberdade legal das pessoas. Os trabalhadores celebram contratos com os empregadores livremente, recebem um salário e nenhum mecanismo formal da lei ou dos costumes os força a trabalhar para este ou qualquer outro empregador. Assim, surge o mistério do capitalismo: quando todos são formalmente livres, como pode haver dominação de classe? Por que continua a haver distinção de classe entre os ricos, que possuem os meios de produção, e a massa das

13 Ver Roger Gottlieb, *History and Subjectivity* (Philadelphia: Temple University Press, 1987).

peças, que trabalham para eles? A teoria da exploração responde a essa pergunta.

O lucro, base do poder e da riqueza capitalistas, é um mistério se supusermos que, no mercado, as mercadorias são trocadas por seus valores. O uso de Marx da teoria do valor-trabalho, entretanto, desfaz esse mistério. O valor de cada mercadoria é uma função do tempo de trabalho necessário para a produção da força de trabalho. A força de trabalho é a única mercadoria que, ao ser consumida, produz um novo valor. Assim, o lucro vem da diferença entre o trabalho real e o valor da capacidade de trabalho que o capitalista compra e põe para trabalhar. O dono do capital se apropria dessa mais-valia, o que explica a possibilidade de realização do lucro.

Nos últimos anos, tem havido uma controvérsia considerável entre os estudiosos marxistas sobre a viabilidade da teoria do valor-trabalho, na qual se baseia essa explicação da exploração¹⁴. John Roemer, por exemplo, desenvolve uma teoria da exploração que afirma preservar os sentidos teóricos e práticos da teoria de Marx, mas sem pressupor uma distinção entre valores e preços e sem se restringir a um conceito de trabalho abstrato e homogêneo¹⁵. Meu propósito aqui não é me envolver em debates econômicos técnicos, mas indicar o lugar de um conceito de exploração em uma concepção de opressão.

A teoria da exploração de Marx carece de um significado explicitamente normativo, embora o julgamento de que os trabalhadores são explorados claramente tenha poder normativo e descritivo na teoria marxista¹⁶. C. B. MacPherson reconstitui a ideia marxista de exploração de uma forma mais explicitamente normativa¹⁷. A injustiça da sociedade capitalista consiste no fato de que algumas pessoas exercem suas aptidões sob o controle, de acordo com os propósitos e para o benefício de outras pessoas. Por meio das instituições de propriedade privada dos meios de produção e através dos mercados que alocam o trabalho e a capacidade de comprar bens, o capitalismo sistematicamente transfere os poderes de algumas pessoas para outras, aumentando os poderes destas. Ademais, nesse processo de transferência de poderes, segundo MacPherson, a classe capitalista adquire e

14 See R. P. Wolff, *Understanding Marx* (Princeton University Press, 1984).

15 John Roemer, *A General Theory of Exploitation and Class* (Cambridge: Harvard University Press, 1982).

16 Alan Buchanan, *Marx and Justice* (Totowa, NJ: Rowman and Allenheld, 1980).

17 C. B. MacPherson, *Democratic Theory: Essays in Retrieval* (Oxford: Clarendon Press, 1973), especialmente o Capítulo III.

mantém o poder extrativo, o que lhe dá a capacidade continuada de extrair benefícios dos trabalhadores. Não apenas os poderes são transferidos dos trabalhadores para os capitalistas, mas também os poderes dos trabalhadores diminuem em maior medida do que o valor da transferência, porque os trabalhadores sofrem privação, falta de controle e, portanto, falta de respeito próprio. A justiça, então, exige a eliminação das formas institucionais que possibilitam e compelem esse processo de transferência. A justiça requer substituí-los por formas institucionais que permitam a todos desenvolver e usar suas capacidades de uma forma que não iniba, mas impulse outras pessoas no desenvolvimento e uso de suas capacidades.

O *insight* central expresso com o conceito de exploração, então, é que a dominação ocorre por meio de um processo constante de transferência dos resultados do trabalho de algumas pessoas para outras, em seu benefício. A injustiça da divisão de classes não consiste apenas no fato de que algumas pessoas têm grande riqueza, enquanto a maioria tem pouca e algumas estão gravemente carentes¹⁸. A teoria da exploração mostra que essa relação de poder e desigualdade é produzida e reproduzida por meio de um processo sistemático no qual as energias dos que não têm são continuamente despendidas para manter e aumentar o poder, o *status* e a riqueza dos que têm.

Muitos escritores argumentaram convincentemente que o conceito marxista de exploração é muito estreito para abranger todas as formas de dominação e opressão¹⁹. Em particular, ao se limitar a examinar a dominação de classe e opressão, o conceito marxista de exploração não contribui para a compreensão de opressões grupais, como sexismo e racismo. Portanto, a questão é se o conceito de exploração pode ser ampliado para incluir outras formas em que o gasto de trabalho e energia de um grupo beneficia outro, reproduzindo, assim, uma relação de dominação entre eles.

Feministas tiveram pouca dificuldade em mostrar que a opressão das mulheres consiste em parte em uma transferência sistemática e não correspondida de poderes das mulheres para os homens. A opressão das mulheres consiste não apenas em uma desigualdade de *status*, poder e riqueza resul-

18 Cf. Alan Buchanan, p. 44-49; Nancy Holmstrom, "Exploitation", *Canadian Journal of Philosophy*, v. VII, n. 2, p. 353-369, 1977.

19 Anthony Giddens, *A Contemporary Critique of Historical Materialism* (Berkeley: University of California Press, 1981. p. 242); Arthur Vrittan e Mary Maynard, *Sexism, Racism and Oppression* (Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 93); Raymond Murphy, "Exploitation or Exclusion?", *Sociology*, v. 19, n. 2, p. 225-243, May 1985; Herbert Gintis e Samuel Bowles, *Capitalism and Democracy* (New York: Basic Books, 1986).

tante da exclusão das mulheres pelos homens de atividades privilegiadas. A liberdade, o poder, o *status* e a autorrealização dos homens são possíveis precisamente porque as mulheres trabalham para eles. A exploração de gênero tem dois aspectos: a transferência dos frutos do trabalho material para os homens e a transferência de energias sexuais e de cuidado para os homens.

Christine Delphy, por exemplo, teoriza o casamento como uma relação de classe em que o trabalho das mulheres beneficia os homens, sem remuneração compatível²⁰. Ela deixa claro que a exploração não consiste no tipo de trabalho que as mulheres fazem em casa, pois podem ser vários tipos de tarefas, mas no fato de que executam tarefas para outra pessoa de quem são dependentes. Assim, por exemplo, na maioria dos sistemas de produção agrícola do mundo, os homens levam para o mercado os bens produzidos pelas mulheres e, na maioria das vezes, recebem o *status* e possivelmente toda a renda desse trabalho.

Com o conceito de produção afetivo-sexual, Ann Ferguson identifica outra forma de transferência de energias das mulheres para os homens²¹. As mulheres fornecem aos homens e às crianças cuidado emocional e proporcionam aos homens satisfação sexual e, enquanto classe, recebem dos homens relativamente pouco²². A socialização de gênero das mulheres nos faz tendencialmente mais atentas à dinâmica interativa do que os homens, e faz com que as mulheres tenhamos uma especial disposição para a empatia e para solidarizar-nos com os sentimentos das pessoas e suavizar as tensões interativas. Homens e mulheres miram nas mulheres como cuidadoras em suas vidas pessoais, e as mulheres frequentemente reclamam que, quando procuram os homens em busca de apoio emocional, não o recebem²³. Ademais, as normas da heterossexualidade orbitam ao redor do prazer masculino e, conseqüentemente, muitas mulheres recebem pouca satisfação sexual de sua interação com homens²⁴.

20 Christine Delphy, *Close to Home: A Materialist Analysis of Women's Oppression* (Amherst: University of Massachusetts Press, 1984).

21 Ver "Women as a New Revolutionary Class" in *Between Labor and Capital*, edited by Pat Walker (Boston: South End Press, 1979), e "On Conceiving Motherhood and Sexuality: A Feminist Materialist Approach" in *Mothering: Essays in Feminist Theory*, edited by Joyce Trebilcot (Totowa, NJ: Rowman and Allenheld, 1984).

22 Cf. Brittan e Maynard, p. 142-148.

23 Barbara Easton, "Feminism and the Contemporary Family", *Socialist Review*, n. 39, p. 11-36, May/June 1978.

24 Rhonda Gottlieb, "The Political Economy of Sexuality", *Review of Radical Political Economy*, v. 16, n. 1, p. 143-165, 1984.

A maior parte das teorias feministas sobre a exploração de gênero se concentrou na estrutura institucional da família patriarcal. Recentemente, no entanto, as feministas começaram a teorizar as relações de exploração de gênero presentes no atual local de trabalho e por meio do Estado. Carol Brown argumenta que, à medida que os homens se retiraram de sua responsabilidade para com as crianças, muitas mulheres se tornaram dependentes do Estado para garantir sua subsistência, pois continuam a ter responsabilidade quase total pela criação dos filhos²⁵. Isso cria um novo sistema de exploração do trabalho doméstico feminino mediado por essas instituições estatais, que ela chama de patriarcado público.

Nas economias capitalistas do século XX, os locais de trabalho que as mulheres têm acessado em número crescente servem como outro importante local de exploração de gênero. David Alexander argumenta que os empregos mais tipicamente femininos incluem tarefas de gênero envolvendo trabalho sexual, criação e educação, cuidado do corpo de uma pessoa ou apaziguamento de relações por meio da personalidade²⁶. Dessa maneira, as energias das mulheres são despendidas em trabalhos que têm como função agradar ou consolar a outros, geralmente homens, reforçando seu *status*. Esses trabalhos baseados no gênero desempenhados por garçonetes, funcionárias administrativas, enfermeiras e outras cuidadoras muitas vezes passam despercebidos e são mal remunerados.

Em suma, as mulheres são exploradas no sentido marxista na medida em que são trabalhadoras assalariadas. Algumas autoras argumentaram que o trabalho doméstico feminino também é uma forma de exploração da classe capitalista, na medida em que é coberto pelos salários que uma família recebe. Enquanto uma classe, no entanto, as mulheres passam por formas específicas de exploração de gênero: maneiras pelas quais as energias e o poder das mulheres são gastos, muitas vezes despercebidos e não reconhecidos, geralmente para beneficiar os homens, liberando-os para trabalhos mais importantes e criativos, reforçando seu *status* ou o ambiente a seu redor, ou proporcionando aos homens serviço sexual ou emocional.

25 Carol Brown, "Mothers, Fathers and Children: From Private to Public Patriarchy" in *Women and Revolution*, Sargent, ed., (Boston: South End Press, 1981. p. 239-268); cf. Ellen Boris e Peter Bardaglio, "The Transformation of Patriarchy: The Historic Role of the State" in *Families. Politics and Public Policy*, Diamond, ed. (New York: Longman, 1983. p. 79-93); Kathy Ferguson, *The Feminist Case Against Bureaucracy* (Philadelphia: Temple University Press, 1984).

26 David Alexander, "Gendered Job Traits and Women's Occupations" (Ph.D. Dissertation, Economics, University of Massachusetts, 1987).

A raça é uma estrutura de opressão pelo menos tão básica quanto classe ou gênero. Existem, então, formas de exploração racialmente específicas? Isso é diferente da questão de saber se os grupos raciais estão sujeitos à intensa exploração capitalista. Os grupos raciais nos Estados Unidos, especialmente negros e latinos, são oprimidos pela superexploração capitalista resultante de um mercado de trabalho segmentado que tende a reservar empregos qualificados, bem pagos e sindicalizados para pessoas brancas. Não há acordo sobre se essa superexploração beneficia os brancos como um grupo ou apenas beneficia a classe capitalista, e não pretendo resolver essa disputa aqui²⁷.

Independentemente de como se responda à questão sobre a superexploração capitalista de grupos raciais, é também possível conceituar uma forma de exploração que seja racialmente específica, em analogia com as formas específicas de gênero que discuti? A categoria de *trabalho de servir*²⁸ pode fornecer uma chave para tal conceituação. Em sua derivação, “servil” significa o trabalho de servos. Onde quer que haja racismo, inclusive nos Estados Unidos atualmente, existe a suposição, mais ou menos reforçada, de que os membros dos grupos raciais oprimidos servem ou deveriam servir os membros do grupo privilegiado ou alguns deles. Em sociedades racistas brancas, isso geralmente significa que muitas pessoas brancas têm empregados domésticos de pele escura ou amarela, e nos Estados Unidos ainda hoje existe uma significativa estruturação racial do serviço doméstico privado.

Hoje, nos Estados Unidos, uma boa parte do setor de serviços se tornou público: qualquer pessoa pode ter empregados a sua disponibilidade se for a um bom hotel, a um bom restaurante ou contratar um serviço de limpeza. Os serventes frequentemente participam das atividades diárias – e noturnas – dos executivos de negócios, funcionários do governo e outros profissionais de alto *status*. Em nossa sociedade, persiste uma forte pressão cultural para recrutar trabalhadores negros e latinos para atividades servis – como carregador de malas, porteiro, camareira, cumim e assim por diante. Esses empregos envolvem uma transferência de energias por meio da qual os serventes aumentam o *status* dos servidos, para alçá-los a uma aristocracia – o governo dos melhores.

27 Michael Reich, *Racial Inequality* (Princeton University Press, 1981).

28 N. T.: O termo original, *menial work*, refere-se a trabalho doméstico, braçal, subalterno, realizado por “criados” ou “serviçais”. Em função das referências feitas pela autora a “trabalho de servos” e “trabalho servil”, optamos por traduzir o termo como “trabalho de servir”.

O trabalho de servir atualmente não se refere apenas à prestação de serviços, mas a qualquer trabalho servil, não qualificado, mal remunerado, carente de autonomia e no qual uma pessoa está sujeita a receber ordens de várias pessoas. O trabalho de servir tende a ser um trabalho auxiliar, indispensável ao trabalho de outra pessoa, que recebe o reconhecimento principal por fazer o trabalho. Os operários de um canteiro de obras, por exemplo, ficam à disposição de soldadores, eletricitistas, carpinteiros e outros trabalhadores qualificados, que recebem reconhecimento pelo trabalho realizado. Na história dos Estados Unidos, a discriminação racial explícita reservava o trabalho de servir para negros, *chicanos*, indígenas e chineses, e esse tipo de trabalho ainda tende a ser vinculado a trabalhadores negros e latinos²⁹. Apresento a categoria de trabalho de servir como uma forma de exploração racialmente específica apenas como uma proposta que, no entanto, precisa ser discutida.

2 MARGINALIZAÇÃO

A opressão racial ocorre cada vez mais sob a forma de marginalização e menos sob a forma da exploração nos Estados Unidos. Os marginalizados são pessoas que o mercado de trabalho não pode empregar ou simplesmente não emprega. Não apenas nos países capitalistas do Terceiro Mundo, mas também na maioria das sociedades capitalistas ocidentais, há uma crescente subclasse de pessoas permanentemente confinadas a vidas de marginalidade social, a maioria das quais são racialmente marcadas – negros ou indígenas na América Latina, negros nos Estados Unidos, índios orientais, europeus do Leste ou norte-africanos na Europa.

A marginalização não é de forma alguma o destino reservado apenas a grupos racialmente marcados, entretanto. Nos Estados Unidos, uma proporção vergonhosamente grande da população é marginal: idosos e cada vez mais pessoas que não estão em idade muito avançada, mas são despedidas e não conseguem encontrar um novo emprego; jovens, especialmente negros ou latinos, que não conseguem encontrar um primeiro ou segundo emprego; muitas mães solteiras e seus filhos; outras pessoas involuntariamente desempregadas; muitas pessoas com deficiência mental ou física; e indígenas americanos, especialmente aqueles em reservas.

29 Al Symanski, "The Structure of Race", *Review of Radical Political Economy*, v. 17, n. 4, p. 106-120, 1985.

A marginalização é, talvez, a forma mais perigosa de opressão. Toda uma categoria de pessoas é expulsa da participação útil na vida social, potencialmente sujeita a severas privações materiais e até mesmo ao extermínio. A privação material que a marginalização frequentemente causa é injusta, certamente, especialmente em uma sociedade onde os outros têm recursos em abundância. Em princípio, as sociedades capitalistas avançadas contemporâneas reconheceram a injustiça da privação material causada pela marginalização e tomaram algumas medidas para enfrentá-la, fornecendo serviços e renda por meio de sistemas de bem-estar social. A continuação do Estado de Bem-Estar não está de forma alguma garantida e, na maioria dessas sociedades, especialmente nos Estados Unidos, os benefícios não são suficientes para eliminar o sofrimento e a privação em grande escala.

A privação material, que pode ser tratada por políticas sociais redistributivas, não cobre, entretanto, a extensão do dano causado pela marginalização. Duas categorias de injustiça, para além da distribuição, estão associadas à marginalidade nas sociedades capitalistas avançadas. A própria provisão de bem-estar social produz nova injustiça quando priva pessoas dependentes de direitos e liberdades que outras pessoas têm garantidos. Se a justiça exige que cada pessoa tenha a oportunidade de desenvolver e exercer suas capacidades, então a marginalização é injusta, principalmente porque bloqueia essa oportunidade de exercer as capacidades de maneiras socialmente definidas e reconhecidas.

O liberalismo tradicionalmente afirma o direito de todos os agentes autônomos racionais à cidadania igualitária. O liberalismo burguês, em seus princípios, excluía explicitamente da cidadania todos aqueles cuja razão era questionável ou não totalmente desenvolvida e todos aqueles não independentes³⁰. Assim, os pobres, as mulheres, os loucos e fracos de razão e as crianças foram explicitamente excluídos da cidadania, e muitos deles foram alojados em instituições inspiradas na prisão moderna: asilos, manicômios, escolas.

Em nossa própria sociedade, a exclusão de pessoas dependentes do âmbito dos direitos e da cidadania mal se esconde sob a superfície. Por serem dependentes de instituições burocráticas para apoio ou serviços, idosos, pessoas pobres e pessoas com deficiência mental ou física estão sujeitos a tratamento condescendente, punitivo, depreciativo e arbitrário pelas po-

30 Gintis e Bowles, 1986.

líticas e pessoas associadas às burocracias previdenciárias. Ser dependente nessa sociedade implica estar legitimamente sujeito à autoridade frequentemente arbitrária e invasiva de prestadores de serviços sociais e outros burocratas públicos e privados, que impõem regras que a pessoa marginalizada deve cumprir e, de forma geral, exercem poder sobre as suas condições de vida. Ao procurar atender às necessidades dos marginalizados, com o suporte de disciplinas científicas sociais, as agências de assistência social também criam, elas mesmas, essas próprias necessidades. Os profissionais dos serviços médicos e sociais sabem o que é bom para aqueles a quem servem, e as próprias pessoas marginalizadas e dependentes não têm o direito de reivindicar saber o que é bom para elas³¹. Logo, nesta, como em todas as sociedades liberais, a dependência é condição suficiente para suspender os direitos à privacidade, ao respeito e à escolha individual.

Embora a dependência produza condições de injustiça em nossa sociedade, a condição em si não deve e não precisa ser opressora. É inimaginável uma sociedade em que algumas pessoas não precisariam ser dependentes de outras por, no mínimo, certos períodos de tempo: crianças, pessoas doentes, puérperas, idosos que se tornaram frágeis e deprimidos ou pessoas com necessidades emocionais têm o direito moral de ser dependentes de outros para subsistência e sustento.

Uma importante contribuição da teoria moral feminista consistiu em questionar a suposição profundamente arraigada de que a agência moral e a cidadania plena exigem que uma pessoa seja autônoma e independente. Feministas mostraram que tal suposição é inadequadamente individualista e derivada de uma experiência especificamente masculina de relações sociais, valorizando a competição e as conquistas individuais³². A experiência feminina de relações sociais, decorrente tanto das responsabilidades domésticas e de cuidado típicas das mulheres quanto dos tipos de trabalho remunerado realizado por muitas mulheres, tende a reconhecer a dependência como uma condição humana básica. Enquanto no modelo de autonomia uma sociedade justa garantiria às pessoas, tanto quanto possível, a oportunidade de serem independentes, o modelo feminista, em vez disso, vê a justiça como o reconhecimento de respeito e participação na tomada de

31 Nancy Fraser, "Women, Welfare, and the Politics of Need Interpretation", *Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy*, v. 2, n. 1, p. 103-122, Winter 1987; Kathy Ferguson, 1984, Chapter 4.

32 Carol Gilligan, *In a Different Voice* (Cambridge: Harvard University Press, 1982); Marilyn Friedman, "Care and Context in Moral Reasoning" in Carol Harding, ed. *Moral Dilemmas: Philosophical and Psychological Issues in the Development of Moral Reasoning* (Chicago: Precedent, 1985).

decisões tanto para aqueles que são dependentes quanto para aqueles que são independentes³³. A dependência não deve ser uma razão para alguém ser privado do poder de escolha e do respeito, e boa parte da opressão que muitas pessoas marginalizadas experimentam diminuiria se um modelo menos individualista de direitos prevalecesse.

A marginalização não deixa de ser opressora quando se tem abrigo e comida. Muitos idosos, por exemplo, têm meios suficientes para viver confortavelmente, mas permanecem oprimidos em sua situação marginalizada. Mesmo se os marginalizados tivessem uma vida material confortável em instituições que respeitassem sua liberdade e dignidade, as injustiças da marginalidade permaneceriam sob a forma de inutilidade, tédio e falta de respeito próprio. A maior parte das atividades produtivas e reconhecidas desta sociedade ocorrem em contextos de cooperação social organizada, e os processos e as estruturas sociais que mantêm as pessoas afastadas de cooperar socialmente são injustos.

Enquanto fato, a marginalização levanta questões estruturais básicas de justiça. Em particular, devemos considerar o que é justo no que se refere à conexão entre a participação em atividades produtivas de cooperação social, de um lado, e a aquisição de meios de consumo, de outro. À medida que a marginalização aumenta, sem nenhum sinal de redução, alguns analistas de políticas sociais introduziram a ideia de um “salário social”, uma renda socialmente fornecida não vinculada ao sistema salarial. Além disso, a reestruturação das atividades produtivas e de serviços, com vistas a se garantir trabalho socialmente reconhecido a todos aqueles aptos e desejosos de trabalhar, implica a organização de atividades socialmente produtivas com relativa independência de um sistema salarial³⁴.

3 IMPOTÊNCIA

Como indiquei, a ideia marxiana de classe é importante porque ajuda a revelar a estrutura da exploração: que algumas pessoas têm seu poder e sua riqueza porque lucram com o trabalho de outras. Por essa razão, rejeito a afirmação de que um modelo tradicional de exploração de classe falharia em capturar a estrutura da sociedade contemporânea. Verifica-se, ainda,

33 Virginia Held, “A Non-Contractual Society” (apresentação feita na conferência Feminist Moral, Legal and Political Theory, na University of Cincinnati, November, 1986).

34 Claus Offe, *Disorganized Capitalism: Contemporary Transformation of Work and Politics* (Cambridge: MIT Press, 1986), Chapters 1-3.

que o trabalho da maior parte das pessoas na sociedade aumenta o poder de alguns; quaisquer que sejam suas diferenças em relação aos trabalhadores não profissionais, a maioria dos trabalhadores profissionais compartilha com eles o fato de não serem membros da classe capitalista.

Uma concepção adequada de opressão, no entanto, não pode ignorar a experiência de divisão social coloquialmente referida como a diferença entre a “classe média” e a “classe trabalhadora”, uma diferenciação estabelecida pela divisão social do trabalho entre profissionais e não profissionais. Em vez de expandir ou revisar o conceito marxiano de classe para dar conta dessa questão, como fazem alguns escritores, sugiro que sigamos Weber e pensemo-la como uma diferença de *status*, e não de classe³⁵. Ser um profissional implica ocupar uma posição de *status* inacessível para os não profissionais, criando uma condição de opressão que os não profissionais sofrem. Chamarei esse tipo de opressão de “impotência”.

A ausência de uma democracia genuína nos EUA significa que a maioria das pessoas não participa da tomada de decisões que afetam regularmente as condições de suas vidas e ações. Nesse sentido, a maioria das pessoas carece de poder significativo. A impotência, no entanto, descreve a vida de pessoas que têm pouca ou nenhuma autonomia de trabalho, exercem pouca criatividade ou julgamento em seu trabalho, não têm conhecimentos técnicos ou autoridade, se expressam de maneira desajeitada, especialmente em ambientes públicos ou burocráticos, e não impõem respeito. A impotência dá nome às situações opressivas que Sennet e Cobb descrevem em seu famoso estudo da classe trabalhadora³⁶.

A maneira mais clara de pensar sobre essa situação de impotência é negativamente: os impotentes carecem do *status* e do senso de identidade que os profissionais tendem a ter. Existem três aspectos do privilégio de *status* que os profissionais possuem, e a falta deles produz opressão para os não profissionais.

Primeiro, desenvolver e praticar uma profissão tem um caráter expansivo e progressivo. Ser profissional geralmente requer formação universitária e um conhecimento especializado que envolve o trabalho com símbolos e

35 Max Weber, “Classes, Status Groups and Parties” in *Weber: Selections in Translation*, edited by W. G. Runciman (Cambridge: University Press, 1978. p. 43-64); David Beetham, *Max Weber and the Theory of Modern Politics* (Oxford: Polity Press, 1985. p. 79-82).

36 Richard Sennet e Jonathan Cobb, *The Hidden Injuries of Class* (New York: Vintage Books, 1972).

conceitos. Ao desenvolver a profissão, a pessoa experimenta progresso no aprendizado da especialização e, geralmente, quando se inicia a prática, entra-se na carreira, ou seja, uma vida ativa de crescimento ou progresso no desenvolvimento profissional. A vida do não profissional, em comparação, é impotente no sentido de que carece dessa orientação para o desenvolvimento progressivo das próprias capacidades.

Em segundo lugar, embora boa parte dos profissionais tenha supervisores e não tenha poder para afetar muitas decisões ou a ação de muitas pessoas, a maioria, não obstante, tem considerável autonomia de trabalho no dia a dia. Os profissionais costumam ter alguma autoridade sobre os outros, inclusive sobre os trabalhadores que supervisionam, sobre os auxiliares ou sobre os clientes. Por outro lado, os não profissionais carecem de autonomia e, tanto na vida laboral quanto na vida de consumidor-cliente, muitas vezes encontram-se sob a autoridade dos profissionais.

Embora tendo sua base material em uma divisão entre o trabalho “mental” e o trabalho “manual”, a divisão de grupo entre “classe média” e “classe trabalhadora” designa não apenas uma divisão na vida profissional, mas também em quase todos os aspectos da vida social. Profissionais e não profissionais pertencem a culturas diferentes nos EUA. Os dois grupos tendem a viver em bairros segregados ou até mesmo em cidades diferentes, em consequência das ações e decisões de agentes imobiliários. Eles tendem a ter gostos diferentes em comida, decoração, roupas, música e férias. Os membros dos dois grupos, em sua maior parte, socializam entre si no mesmo grupo de *status*. Embora haja alguma mobilidade intergrupala entre as gerações, na maioria das vezes os filhos de profissionais tornam-se profissionais e os filhos de não profissionais, não.

Assim, em terceiro lugar, os privilégios do profissional vão além do local de trabalho e espraiam-se a todo um estilo de vida, que consiste em ser “respeitável”. Tratar alguém com respeito é estar preparado para ouvir o que ele tem a dizer ou fazer o que solicita, em razão de sua autoridade, experiência ou influência.

As normas de respeitabilidade em nossa sociedade estão associadas especificamente à cultura profissional. Vestimenta profissional, fala, gostos, conduta, tudo denota respeitabilidade. Geralmente, os profissionais esperam e recebem respeito dos outros. Em restaurantes, bancos, hotéis, imobiliárias e muitos outros locais públicos, os profissionais geralmente recebem um tratamento mais respeitoso do que os não profissionais. Por essa

razão, os não profissionais que procuram um empréstimo ou um emprego, ou financiamento para comprar uma casa ou um carro, muitas vezes tentam parecer “profissionais” e “respeitáveis” nesses ambientes. O privilégio dessa respeitabilidade profissional aparece de maneira nítida na dinâmica do racismo e do sexismo. Na convivência diária, mulheres e homens negros devem provar sua respeitabilidade. A princípio, muitas vezes não são tratados por estranhos com uma distância respeitosa ou deferência. Quando as pessoas descobrem que essa mulher é professora universitária ou aquele homem porto-riquenho é executivo de negócios, as pessoas costumam se comportar de maneira mais respeitosa com eles. Os homens brancos da classe trabalhadora, por outro lado, são frequentemente tratados com respeito até que seu *status* seja revelado.

4 IMPERIALISMO CULTURAL

Exploração, marginalidade e impotência referem-se a relações de poder e opressão que ocorrem em virtude da divisão social do trabalho: quem trabalha para quem, quem não trabalha e como o conteúdo do trabalho em uma posição é definido em relação a outras. Essas três categorias referem-se às relações estruturais e institucionais que delimitam a vida material das pessoas, incluindo, mas não se limitando, aos recursos a que têm acesso, a oportunidades concretas que têm ou não têm de desenvolver e exercer capacidades de formas envolventes e socialmente reconhecidas, que melhorem suas vidas. Esses tipos de opressão são uma questão de poder concreto em relação aos outros, quem se beneficia de quem e quem é dispensável.

Teóricos recentes de movimentos de libertação de grupo, especialmente feministas e teóricos da libertação negra, também deram destaque a uma experiência bastante diferente de opressão, que chamarei de imperialismo cultural³⁷. Trata-se da existência em uma sociedade cujos significados dominantes tornam invisíveis as perspectivas e os pontos de vista particulares do próprio grupo, ao mesmo tempo que estereotipam o grupo e o marcam como o outro.

O imperialismo cultural consiste na universalização da experiência e cultura de um grupo e em seu estabelecimento como norma. Alguns grupos

37 Maria C. Lugones e Elizabeth V. Spelman, “Have We Got a Theory for You! Feminist Theory, Cultural Imperialism and the Demand for ‘The Woman’s Voice’”, *Women’s Studies International Forum*, v. 6, n. 6, p. 573-581, 1983.

têm acesso exclusivo ou primário ao que Nancy Fraser chama de meios de interpretação e comunicação em uma sociedade³⁸. Como resultado, os produtos culturais dominantes da sociedade, ou seja, aqueles mais amplamente difundidos, expressam a experiência, os valores, os objetivos e as realizações dos grupos que os produzem. Os produtos culturais também expressam sua perspectiva e interpretação de eventos e elementos da sociedade, incluindo os outros grupos sociais, na medida em que sejam de fato percebidos. Muitas vezes, sem se darem conta, os grupos dominantes projetam sua própria experiência como representativa da experiência humana em geral.

Um encontro com grupos diferentes do grupo dominante, entretanto, desafia sua reivindicação de universalidade. O grupo dominante guarda sua posição submetendo o outro grupo aos critérios de suas normas dominantes. Conseqüentemente, a diferença das mulheres em relação aos homens, dos nativos americanos ou africanos em relação a europeus, judeus e cristãos, homossexuais e heterossexuais ou trabalhadores e profissionais são reconstituídos como desvio e inferioridade. Os grupos dominantes e suas expressões culturais são normais, universais e, portanto, comuns. Como as expressões culturais do grupo dominante são as únicas expressões que recebem ampla disseminação, os grupos dominantes constroem as diferenças que alguns grupos apresentam como carência e negação em relação às normas, e esses grupos passam a ser marcados como o outro.

As vítimas do imperialismo cultural experimentam uma opressão paradoxal, na medida em que são marcadas por estereótipos e tornadas invisíveis. Como seres notáveis e desviantes, os culturalmente dominados são marcados com uma essência. Em contraste, os privilegiados são indefiníveis porque são individuais; cada um é o que quer ser, eles são definidos pelo que fazem e são julgados por seus atos. O estereótipo marca e define os culturalmente dominados, confinando-os a uma natureza geralmente ligada de alguma forma aos seus corpos e, portanto, que não pode ser facilmente negada. Esses estereótipos permeiam tanto a sociedade que não são percebidos como contestáveis. Assim como todos sabem que a Terra gira em torno do sol, todos sabem que os gays são promíscuos, que os índios são alcoólatras e que as mulheres são boas com crianças.

38 Nancy Fraser, "Social Movements vs. Disciplinary Bureaucracies: The Discourses of Social Needs", CHS Occasional Paper #8 (Center for Humanistic Studies, University of Minnesota, 1987. p. 1-37).

Aqueles que vivem sob o imperialismo cultural encontram-se definidos de fora, posicionados por um sistema de significados dominantes que experimentam como surgido de outro lugar, daqueles com quem não se identificam e que não se identificam com eles. As imagens estereotipadas, marcadas e inferiorizadas do grupo, produzidas pela cultura dominante, devem ser internalizadas pelos membros do grupo pelo menos na medida em que são forçados a reagir aos comportamentos de outras pessoas que expressam ou são influenciados por essas imagens. Isso cria para os culturalmente oprimidos a experiência que W. E. B. DuBois chamou de “dupla consciência”. “É uma sensação peculiar, essa dupla consciência, esse sentido de sempre olhar a si próprio através dos olhos dos outros, de medir um sentimento através da métrica de um mundo que o contempla com divertido desprezo e pena”³⁹⁻⁴⁰ (Du Bois, 1999, p. 39). Essa consciência é dupla porque o sujeito oprimido se recusa a coincidir com essas visões desvalorizadas, objetificadas e estereotipadas de si mesmo. O sujeito deseja ser reconhecido como humano, capaz de atividade, cheio de esperança e possibilidades, mas recebe da cultura dominante apenas o julgamento de que é diferente, marcado ou inferior.

Pessoas em grupos culturalmente oprimidos frequentemente mantêm um senso de subjetividade positiva porque podem afirmar e reconhecer uns aos outros como compartilhando experiências e perspectivas semelhantes na vida social. O grupo definido pela cultura dominante como desviante, como um outro estereotipado, é culturalmente diferente do grupo dominante, porque o *status* de alteridade cria experiências específicas, não compartilhadas pelo grupo dominante, e porque os grupos culturalmente oprimidos também são frequentemente segregados socialmente e ocupam posições específicas na divisão social do trabalho. Eles expressam suas experiências de grupo e interpretações específicas do mundo uns para os outros, desenvolvendo e perpetuando sua própria cultura. A dupla consciência, então, ocorre porque o sujeito vê-se definido por duas culturas: uma cultura dominante e uma cultura subordinada.

O imperialismo cultural envolve o paradoxo de se experienciar como invisível, ao mesmo tempo em que se é marcado e percebido como diferente. A perspectiva de outros grupos domina a cultura sem que a percebam

39 Trecho retirado da publicação DU BOIS, W. E. B. *As almas da gente negra*. Trad. Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999 [1903]. p. 39.

40 W. E. B. Du Bois, *The Souls of Black Folks* (New York: Signet, 1903, 1969).

como perspectiva, e suas expressões culturais são amplamente disseminadas. Essas expressões culturais dominantes no mais das vezes simplesmente não prestam atenção à existência e experiência desses outros grupos, apenas para mencioná-los ou se referir a eles de maneiras estereotipadas ou marginalizadas. Essa, então, é a injustiça do imperialismo cultural: que a experiência e interpretação do grupo oprimido sobre a vida social não encontra nenhuma expressão que toque a cultura dominante, enquanto essa mesma cultura impõe ao grupo oprimido sua experiência e interpretação da vida social.

5 VIOLÊNCIA

Por fim, muitos grupos sofrem a opressão da violência sistemática e legitimada. Os membros de alguns grupos vivem cientes de que devem temer ataques aleatórios e não provocados contra suas pessoas ou propriedades, que não têm outro motivo a não ser prejudicar, humilhar ou destruir a pessoa. Na sociedade dos EUA, mulheres, negros, asiáticos, árabes, gays e lésbicas vivem sob essa constante ameaça de violência e, ao menos em algumas regiões, judeus, porto-riquenhos, *chicanos* e outros americanos de língua espanhola também devem temer essa violência. A violação também pode assumir a forma de xingamentos ou assédio com a intenção de degradar ou humilhar, e sempre sinaliza uma ameaça latente de ataque físico.

Essa violência é sistemática porque é dirigida a qualquer membro do grupo simplesmente pelo fato de pertencer a esse grupo. Qualquer mulher, por exemplo, tem motivos para temer o estupro. Além do mais, a violência a que esses grupos oprimidos estão sujeitos geralmente é legitimada, no sentido de que a maioria das pessoas não a considera surpreendente e ela geralmente permanece impune. Espancamentos ou assassinatos de jovens negros pela polícia, por exemplo, raramente são divulgados, raramente provocam indignação moral por parte da maior parte dos brancos e raramente recebem punição.

Um aspecto importante do tipo de violência aleatória, mas sistêmica, a que me refiro aqui é sua total irracionalidade. A violência xenófoba é diferente da violência do Estado ou da repressão de classe. A violência repressiva tem um motivo racional, embora maligno: os governantes a usam como uma ferramenta coercitiva para manter seu poder. Muitos relatos de violência racista, sexista ou homofóbica tentam explicá-la como motivada pelo desejo de manter o privilégio ou a dominação do grupo. Concordo que

o medo da violência ajuda a manter esses grupos oprimidos subordinados. Acredito que as causas de tal violência devem ser atribuídas a estruturas inconscientes de formação de identidade que projetam em alguns grupos o aspecto fluido e corporal do sujeito que ameaça a unidade rígida dessa identidade.

CONCLUSÃO

As cinco faces da opressão que expliquei aqui funcionam como critérios de opressão, não como uma explicação teórica completa da opressão. Com eles, podemos dizer se um grupo é oprimido, de acordo com as estruturas e os comportamentos sociais objetivos. Contemplar qualquer uma dessas cinco condições é suficiente para chamar um grupo de oprimido. A maioria dos grupos que listei anteriormente como oprimidos na sociedade dos EUA vivenciam mais de uma dessas formas e alguns vivenciam todas as cinco.

Quase todos, senão todos, os grupos ditos pelos movimentos sociais contemporâneos como oprimidos em nossa sociedade sofrem imperialismo cultural. Quais outras opressões são experimentadas por quais grupos, entretanto, é bastante variável. A classe trabalhadora é explorada e impotente, por exemplo, mas, se empregada e branca, não sofre marginalização e violência. Os homens gays, por outro lado, não são explorados ou impotentes como gays, mas experimentam grave imperialismo cultural e violência. Da mesma forma, judeus e árabes, como grupos, são vítimas de imperialismo cultural e violência, embora muitos membros desses grupos também sofram exploração ou impotência. Pessoas idosas são oprimidas pela marginalização e pelo imperialismo cultural, e isso também se aplica para os deficientes físicos ou mentais. Como um grupo, as mulheres estão sujeitas à exploração baseada no gênero, na impotência, no imperialismo cultural e na violência. O racismo nos Estados Unidos associa negros e latinos à marginalização, embora muitos membros desses grupos escapem dessa condição; membros desses grupos frequentemente sofrem todas as cinco formas de opressão.

Com esses critérios, evitei definir especificamente as estruturas e os tipos de opressão de acordo com os grupos oprimidos: racismo, classismo, sexismo, heterossexismo, preconceito de idade. As formas de opressão de grupo que esses termos nomeiam não são homólogas e os cinco critérios podem ajudar a descrever como e por quê. Os cinco critérios também ajudam a mostrar que, embora nenhuma opressão de grupo seja redutível ou

explicada por qualquer outra opressão de grupo, a opressão de um grupo não é um sistema fechado com seus próprios atributos, mas se sobrepõe à opressão de outros grupos. Além disso, com esses critérios, podemos afirmar que um grupo é mais oprimido do que outro quando estiver sujeito a mais do que essas cinco condições, sem, com isso, privilegiar teoricamente uma forma particular de opressão ou um grupo oprimido.

Existe alguma conexão entre essas cinco formas de opressão? Por que determinados grupos estão sujeitos a várias combinações delas? As respostas a essas perguntas estão além do escopo deste artigo. Meu projeto aqui é analítico e descritivo, não explicativo. Responder a essas perguntas é importante para o projeto teórico de compreensão da opressão. No entanto, eu acredito que elas não podem ser respondidas por um relato *a priori*, mas requerem um relato explicativo específico das conexões entre as formas de opressão para cada contexto social e para cada grupo.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, D. Gendered job traits and women's occupations. *Ph.D. Dissertation*, Economics, University of Massachusetts, 1987.
- ALTMAN, D. *The homosexualization of America*. Boston: Beacon Press, 1982.
- BEETHAM, D. *Max Weber and the theory of modern politics*. Oxford: Polity Press, 1985.
- BORIS, E. B.; BARDAGLIO, P. The transformation of patriarchy: the historic role of the State. In: *Families*. Politics and public policy, Diamond, ed. New York: Longman, 1983.
- BOXILL, B. *Blacks and social justice*. Totowa: Rowman and Allenheld, 1984.
- BROWN, C. Mothers, fathers and children: from private to public patriarchy. In: *Women and revolution*, Sargent. Boston: South End Press, 1981.
- BUCHANAN, A. *Marx and justice*. Totowa: Rowman and Allenheld, 1980.
- BUCHANAN, A.; HOLMSTROM, N. Exploitation. *Canadian Journal of Philosophy*, Vol. VII, n. 2, 1977.
- CASTELLS, M. *The economic crisis and American society*. Princeton University Press, 1980.
- DELPHY, C. *Close to home: a materialist analysis of women's oppression*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1984.
- DU BOIS, W. E. B. *The souls of black folks*. New York: Signet, 1903, 1969.

- EASTON, B. Feminism and the contemporary family. *Socialist Review*, n. 39, 1978.
- FERGUSON, K. *The feminist case against bureaucracy*. Philadelphia: Temple University Press, 1984.
- FISK, M. *Ethics and society*. New York: New York University Press, 1980.
- FRASER, N. Social movements vs. disciplinary bureaucracies: the discourses of social needs. *CHS Occasional Paper #8*. Center for Humanistic Studies, University of Minnesota, 1987.
- FRASER, N. Women, Welfare, and the politics of need interpretation. *Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy*, Vol. 2, n. 1, Winter, 1987.
- FRENCH, P. Types of collectivities and blame. *The Personalist*, Vol. 56, 1975.
- FRIED, M. The invisibility of oppression. *The Philosophical Forum*, Vol. XI, n. 1, 1979.
- FRIEDMAN, M. F. Care and context in moral reasoning. In: HARDING, C. (ed.). *Moral dilemmas: philosophical and psychological issues in the development of moral reasoning*. Chicago: Precedent, 1985.
- FRIEDMAN, M.; MAY, L. Harming women as a group. *Social Theory and Practice*, Vol. 11, n. 2, 1985.
- FRYE, M. *"Oppression" in the politics of reality*. Tmmansburg: The Crossing Press, 1983.
- GIDDENS, A. *A contemporary critique of historical materialism*. Berkeley: University of California Press, 1981.
- GILLIGAN, C. *In a different voice*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- GINTIS, H.; BOWLES, S. *Capitalism and democracy*. New York: Basic Books, 1986.
- GOTTLIEB, R. The political economy of sexuality. *Review of Radical Political Economy*, Vol. 16, n. 1, 1984.
- GOTTLIEB, R. *History and subjectivity*. Philadelphia: Temple University Press, 1987.
- HELD, V. "A non-contractual society", paper given at the conference on feminist moral. Legal and political theory, at the University of Cincinnati, November, 1986.
- LUGONES, M. C.; SPELMAN, E. V. Have we got a theory for you! Feminist theory, cultural imperialism and the demand for "The Woman's Voice". *Women's Studies International Forum*, Vol. 6, n. 6, 1983.
- MACPHERSON, C. B. *Democratic theory: essays in retrieval*. Oxford: Clarendon Press, 1973.
- MURPHY, R. Exploitation or exclusion? *Sociology*, Vol. 19, n. 2, 1985.

- OFFE, C. *Disorganized capitalism: contemporary transformation of work and politics*. Cambridge: MIT Press, 1986.
- POULANTZAS, N. *Classes in contemporary capitalism*. London: Verso Books, 1975.
- REICH, M. *Racial inequality*. Princeton University Press, 1981.
- ROEMER, J. *A general theory of exploitation and class*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- ROSS, J. *Introduction to the mobilization of collective identity*. Edited by Ross and Cottrell. University Press of America, 1980.
- ROTHSCHILD, J. *Ethnopolitics*. New York: Columbia University Press, 1981.
- SENNET, R.; COBB, J. *The hidden injuries of class*. New York: Vintage Books, 1972.
- SYMANSKI, A. The structure of race. *Review of Radical Political Economy*, Vol. 17, n. 4, 1985.
- TREBILCOT, J. On conceiving motherhood and sexuality: a feminist materialist approach. In: *Mothering: essays in feminist theory*. Totowa: Rowman and Allenheld, 1984.
- VRITTAN, A.; MAYNARD, M. *Sexism, racism and oppression*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- WALKER, P. Women as a new revolutionary class. In: *Between labor and capital*. Boston: South End Press, 1979.
- WEBER, M. Classes, status groups and parties. In: *Weber: selections in translation*. Edited by W. G. Runciman. Cambridge University Press, 1978.
- WOLFF, R. P. *Understanding Marx*. Princeton University Press, 1984.

Sobre a autora:**Iris Marion Young**

Foi uma filósofa e cientista política estadunidense. Lecionou Ciência Política na Universidade de Chicago, onde também integrava o *Gender Studies Center* e o Programa de Direitos Humanos.

Sobre a tradutora:**Marina Cortez**

Graduada em Ciências Sociais (UFRJ). Especialista em Gênero e Sexualidade (UERJ). Mestre em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (UFRJ/Uerj/UFF/Fiocruz). Doutora em Saúde Coletiva (Fiocruz).

Artigo convidado.